

CONCURSO PÚBLICO PARA O INGRESSO, POR PROVIMENTO OU REMOÇÃO, NA ATIVIDADE NOTARIAL E DE REGISTRO NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PROVA ORAL/MALOTE 7

PONTO 2 – DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL

QUESTÃO 1

Explique, de forma fundamentada, se é possível a lavratura de escritura pública de separação ou divórcio, havendo filhos comuns do casal, menores ou incapazes?

TÓPICO(S) DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADO(S)

7 Circulares e provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Santa Catarina. 22 Legislação Estadual e Atos Normativos. Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina.

PADRÃO DE RESPOSTA

Resposta:

Sim, desde que devidamente comprovada a prévia resolução judicial de todas as questões referentes a guarda, visitação e alimentos dos menores ou incapazes, o que deverá ficar consignado no corpo da escritura. Portanto, é vedado a escritura da separação ou do divórcio falar sobre a guarda e alimentos dos filhos, para isso o casal terá que entrar com o processo adequado.

Fundamento:

Provimento nº. 9, de 21 de agosto de 2015. Acrescenta a Seção VI ao Capítulo II, Título VI, Livro III do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Santa Catarina.

Seção VI - Escritura de Separação, Divórcio ou Conversão da Separação Judicial em Divórcio.

Art. 816-A. Havendo filhos comuns do casal, menores ou incapazes, será permitida a lavratura da escritura de separação, divórcio ou a conversão da separação judicial em divórcio, desde que devidamente comprovada a prévia resolução judicial de todas as questões referentes a guarda, visitação e alimentos dos mesmos, o que deverá ficar consignado no corpo da escritura. (redação acrescentada por meio do Provimento n. 9, de 21 de agosto de 2015).

CONCURSO PÚBLICO PARA O INGRESSO, POR PROVIMENTO OU REMOÇÃO, NA ATIVIDADE NOTARIAL E DE REGISTRO NO ESTADO DE SANTA CATARINA**PROVA ORAL/MALOTE 7****PONTO 2 – DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL****QUESTÃO 2**

Sobre o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural, responda de forma fundamentada os seguintes questionamentos:

- a) Os dados constantes do Certificado constituem algum tipo de direito, como posse ou propriedade?
- b) Ao lavrar uma escritura pública de compra e venda ou de sucessão causa mortis, de imóvel rural é obrigatória a sua apresentação?
- c) O que ocorre se não for apresentado na escritura de compra e venda?

TÓPICO(S) DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADO(S)

15. Lei nº10.267, de 28 de agosto de 2001. 18. Tabelionato de Notas. Atos notariais em geral e em espécie.

PADRÃO DE RESPOSTA

Respostas esperadas:

- a) Não, os dados constates do Certificado são exclusivamente cadastrais, comprovando que o imóvel rural está cadastrado no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.
- b) Sim, somente com o certificado é possível transferir, arrendar, hipotecar, desmembrar, partilhar (em caso de divórcio ou herança) o imóvel rural, bem como conseguir financiamentos bancários para investimento na propriedade.
- c) Se for lavrada uma escritura pública de imóvel rural sem a apresentação do CCIR, pode gerar nulidade do ato praticado.

Fundamentos:

CCIR: Documento emitido pelo Incra, que constitui prova do cadastro do imóvel rural, sendo indispensável para desmembrar, arrendar, hipotecar, vender ou prometer em venda o imóvel rural e para homologação de partilha amigável ou judicial (sucessão causa mortis) de acordo com os parágrafos 1.º e 2.º do artigo 22 da Lei 4.947, de 6 de abril de 1966, modificado pelo artigo 1.º da Lei n.º 10.267, de 28 de agosto de 2001. Sem apresentação do Certificado de Cadastro, não poderão os proprietários, sob pena de nulidade, desmembrar, arrendar, hipotecar, vender ou prometer em venda imóveis rurais. Em caso de sucessão causa mortis nenhuma partilha, amigável ou judicial, poderá ser homologada pela autoridade competente, sem a apresentação do Certificado de Cadastro. Os dados constantes do CCIR são exclusivamente cadastrais, não legitimando direito de domínio ou posse, conforme preceitua o parágrafo único do artigo 3.º da Lei 5.868, de 12 de dezembro de 1972.

LEI Nº 10.267, DE 28 DE AGOSTO DE 2001. Altera dispositivos das Leis nos 4.947, de 6 de abril de 1966, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.739, de 5 de dezembro de 1979, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e dá outras providências.

DECRETO Nº 4.449, DE 30 DE OUTUBRO DE 2002. Regulamenta a Lei nº10.267, de 28 de agosto de 2001, que altera dispositivos das Leis nos. 4.947, de 6 de abril de 1966; 5.868, de 12 de dezembro de 1972; 6.015, de 31 de dezembro de 1973; 6.739, de 5 de dezembro de 1979; e 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e dá outras providências.

CONCURSO PÚBLICO PARA O INGRESSO, POR PROVIMENTO OU REMOÇÃO, NA ATIVIDADE NOTARIAL E DE REGISTRO NO ESTADO DE SANTA CATARINA**PROVA ORAL/MALOTE 7****PONTO 2 – DIREITO CIVIL****QUESTÃO 3**

Explique o que é a emancipação, seus efeitos e espécies?

Como a emancipação se relaciona com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)?

Mãe, que alega desconhecer o paradeiro do pai do menor, procura o tabelionato requerendo a lavratura de uma escritura pública de emancipação de seu filho menor púbere, apresentando termo judicial da guarda do menor. É possível ser realizada a Escritura Pública de Emancipação e quais as particularidades do caso?

TÓPICO(S) DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADO(S)**PADRÃO DE RESPOSTA**

É o ato, irrevogável e irretroatável, pelo qual um menor de idade adquire a plena capacidade civil antes de atingir a maioridade. São três as espécies: voluntária/expressa, legal/tácita e judicial.

A emancipação é ato que concede a capacidade e não a maioridade, motivo pelo qual a pessoa será qualificada, depois de emancipada, como menor capaz. Isso se dá pois, mesmo emancipado, o menor ainda é adolescente, e fica, ainda, sujeito às normas protetivas do ECA.

Cessa a incapacidade e extingue-se o poder familiar, sendo oponível a terceiros com o registro no Livro E do registro civil das pessoas naturais da comarca onde é domiciliado.

Não pode ser realizada a lavratura, pois a guarda não se confunde com poder familiar, que é de ambos os genitores, e o desconhecimento do paradeiro de um deles não configura a ausência, que possui regramento próprio de declaração.

Art. 1.635. Extingue-se o poder familiar:

I - pela morte dos pais ou do filho;

II - pela emancipação, nos termos do art. 5º, parágrafo único;

Art. 5º A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.

Parágrafo único. Cessará, para os menores, a incapacidade:

I - pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos;

CONCURSO PÚBLICO PARA O INGRESSO, POR PROVIMENTO OU REMOÇÃO, NA ATIVIDADE NOTARIAL E DE REGISTRO NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PROVA ORAL/MALOTE 7

PONTO 2 – DIREITO CIVIL

QUESTÃO 4

O que é preempção?

Cite os principais casos. Pode ser instituída preempção por escritura pública?

E seu direito pode ser transferido?

TÓPICO(S) DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADO(S)

—

PADRÃO DE RESPOSTA

É o direito de preferência de terceiros predeterminados terem a ciência da venda e oportunidade em igualar o preço ofertado e ter a coisa para si, sob pena de anulação do negócio jurídico.

Principais casos do condômino, locatário e superficiário e, neste caso, o proprietário caso o superficiário aliene a coisa antes do término do prazo.

Pode ser instituída cláusula de preferência nas escrituras públicas, não sendo possível sua transferência pois trata-se de direito personalíssimo.

CONCURSO PÚBLICO PARA O INGRESSO, POR PROVIMENTO OU REMOÇÃO, NA ATIVIDADE NOTARIAL E DE REGISTRO NO ESTADO DE SANTA CATARINA**PROVA ORAL/MALOTE 7****PONTO 2 – DIREITO EMPRESARIAL****QUESTÃO 5**

Sobre fusão e incorporação de empresas o candidato deve responder as seguintes perguntas:

- a) Fale sobre a fusão e incorporação de empresas.
- b) Quais são suas diferenças e semelhanças?

TÓPICO(S) DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADO(S)

–

PADRÃO DE RESPOSTA

- a) A fusão acontece quando duas ou mais sociedades se juntam compondo uma nova empresa, extinguindo as outras pré-existentes. Dessa forma, a instituição recém-criada passa a ter um posicionamento próprio dentro do cenário atual, tendo inclusive uma nova personalidade jurídica.
A incorporação refere-se à ação de absorção de uma ou mais companhias por outra, que as sucede em direitos e obrigações. Porém, apesar de as sociedades incorporadas passarem a não mais existir, a empresa incorporadora permanecerá com a sua personalidade jurídica. Resumindo, a instituição incorporadora se torna a titular de todo o patrimônio das sociedades que deixaram de existir.
- b) Podemos diferenciar a incorporação da fusão por um aspecto bem claro e de fácil compreensão: na primeira, as empresas que foram incorporadas desaparecem, mas a sociedade incorporadora continua com a sua personalidade jurídica própria; já na fusão, todas as sociedades participantes deixam de existir, formando, assim, uma nova e distinta das anteriores.
Apesar de semelhantes, não devemos confundir os processos de fusão e de aquisição. A aquisição consiste em uma operação onde uma empresa específica adquire ações ou até todo o controle de outra, sem formar uma nova companhia. Em suma, trata-se somente de uma transação pecuniária de aquisição de ações.
Outro conceito distinto é o de joint venture, que consiste na união de empresas com a criação de uma nova empresa. Os sócios permanecerão com atividades isoladas e um contrato estabelece as obrigações de cada um, mesmo com a criação de uma nova empresa a partir da união de duas preexistentes.

CONCURSO PÚBLICO PARA O INGRESSO, POR PROVIMENTO OU REMOÇÃO, NA ATIVIDADE NOTARIAL E DE REGISTRO NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PROVA ORAL/MALOTE 7

PONTO 2 – DIREITO EMPRESARIAL

QUESTÃO 6

Sobre sociedade limitada deve o candidato responder as seguintes perguntas:

- a) Explique as regras sobre a designação de administradores não sócios na sociedade limitada.
- b) É possível cessão de quotas na sociedade limitada para terceiros estranhos ao quadro societário?

TÓPICO(S) DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADO(S)

–

PADRÃO DE RESPOSTA

- a) A designação de administradores não sócios dependerá da aprovação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado, e da aprovação de titulares de quotas correspondentes a mais da metade do capital social, após a integralização (art. 1.061 do Código Civil).
- b) Na omissão do contrato, o sócio pode ceder sua quota, total ou parcialmente, a quem seja sócio, independentemente de audiência dos outros, ou a estranho, se não houver oposição de titulares de mais de um quarto do capital social (art. 1.057 do Código Civil).

CONCURSO PÚBLICO PARA O INGRESSO, POR PROVIMENTO OU REMOÇÃO, NA ATIVIDADE NOTARIAL E DE REGISTRO NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PROVA ORAL/MALOTE 7

PONTO 2 – DIREITO PENAL

QUESTÃO 7

O agente foi condenado à pena privativa de liberdade de 3 meses de detenção, pelo crime de lesão corporal, cometido em 01/01/2020, com trânsito em julgado em 22/7/2020. Em 12/12/2020, o mesmo agente recebeu intimação de outra sentença penal condenatória, por fatos ocorridos em 01/03/2020, na qual a condenação citada foi utilizada como maus antecedentes.

Está correta a dosimetria da pena do agente? Explique.

TÓPICO(S) DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADO(S)

15 Penas e espécies de pena. 15.1 Aplicação da pena.

PADRÃO DE RESPOSTA

Sim, a dosimetria está correta. Isso porque, [...] *a condenação definitiva por fato anterior, cujo trânsito em julgado foi alcançado ao longo da instrução criminal, embora não se preste ao reconhecimento da reincidência, pode ser empregada na primeira etapa da dosimetria, pois caracteriza maus antecedentes*". (Terceira Câmara, a Apelação Criminal n. 0800838-10.2014.8.24.0119, de Garuva, rel. Des. Moacyr de Moraes Lima Filho, julgado em 14-11-2017.

CONCURSO PÚBLICO PARA O INGRESSO, POR PROVIMENTO OU REMOÇÃO, NA ATIVIDADE NOTARIAL E DE REGISTRO NO ESTADO DE SANTA CATARINA

PROVA ORAL/MALOTE 7

PONTO 2 – DIREITO PENAL

QUESTÃO 8

É viável o reconhecimento do princípio da insignificância ao agente que insere assinatura falsa em documento público? Explique.

TÓPICO(S) DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADO(S)

5 Princípios aplicáveis ao direito penal e 21 Crimes em espécie

PADRÃO DE RESPOSTA

Conforme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, em regra, o princípio da insignificância não incide nos crimes contra a fé pública. E, o agente que insere assinatura falsa em documento público ou particular comete delito de perigo abstrato e prescinde de resultado concreto ou finalidade. Nesse sentido, STJ - AgRg no AREsp 1131701-SP; STJ - AgRg no AREsp 1134866-SP, AgRg no AREsp 1585414-TO, AgRg no AREsp 1131701-SP